

CPI aprova intimações após nova falta de empresário

Comissão de Inquérito das HIS reage à ausência e decide reforçar convocações na Câmara

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga possíveis irregularidades em empreendimentos de Habitação de Interesse Social (HIS) na cidade de São Paulo aprovou novos requerimentos de intimação durante reunião realizada nesta terça-feira. A medida foi tomada após a ausência, pela segunda vez, de um empresário que havia sido convocado para prestar esclarecimentos aos vereadores da Comissão.

Depoimento previsto

O depoimento previsto era considerado relevante para o andamento das investigações, que buscam identificar falhas e eventuais práticas irregulares na produção e comercialização de unidades habitacionais destinadas à população de baixa renda. A não participação do convocado foi interpretada pelos parlamentares da CPI como um obstáculo aos trabalhos da

comissão, que tem poderes de investigação próprios para apurar fatos de interesse público.

Diante do novo não comparecimento, os vereadores decidiram endurecer a condução do processo e aprovaram medidas para garantir a presença do empresário em uma próxima sessão. Entre as ações adotadas está a expedição de intimação formal, instrumento que pode levar à condução coercitiva em caso de descumprimento.

A CPI das HIS foi instaurada com o objetivo de investigar suspeitas envolvendo o uso indevido de unidades habitacionais populares, incluindo a comercialização irregular e o descumprimento das regras que regem esse tipo de política pública. Os imóveis são destinados a famílias de menor renda e devem cumprir alguns critérios específicos, como de ocupação e, ainda, finalidade social.

Durante a reunião, parla-



Medida foi tomada após nova ausência de um empresário que havia sido convocado

mentares destacaram que a ausência recorrente de representantes do setor imobiliário tem dificultado o avanço das apurações. Em encontros anteriores, outros empresários também deixaram de comparecer, o que levou a comissão a reforçar mecanismos legais para assegurar a coleta de depoimentos considerados estratégicos.

Os integrantes da CPI avaliam que o não comparecimento sem justificativa adequada pode configurar desrespeito à comissão, além de comprometer a transparência necessária ao processo investigativo da Casa. Nesse contexto, a adoção de medidas mais rigorosas é vista como essencial para garantir a efetividade dos trabalhos.

A comissão é presidida pelo vereador Rubinho Nunes (União), responsável por conduzir os trabalhos e propor parte dos requerimentos aprovados. Outros parlamentares

também participam ativamente das discussões e têm defendido maior rigor no cumprimento das convocações, diante da relevância dos fatos investigados.

Além das intimações, os vereadores analisam a possibilidade de ampliar o escopo das investigações, incluindo novas empresas e agentes envolvidos no setor. A estratégia busca aprofundar o levantamento de informações e mapear possíveis irregularidades em diferentes etapas da cadeia de produção e comercialização dessas unidades habitacionais.

As reuniões da CPI seguem ocorrendo regularmente na Câmara Municipal, com a expectativa de ouvir representantes de empresas, especialistas e autoridades públicas. O objetivo é reunir elementos suficientes para a elaboração de um relatório final que possa indicar responsabilidades e sugerir medidas para corrigir eventuais falhas

no modelo de habitação social adotado na capital.

Ao final dos trabalhos, o documento produzido pela comissão poderá ser encaminhado a órgãos de controle e ao Ministério Público, caso sejam identificados indícios de irregularidades ou ilegalidades. A CPI também pode propor alterações legislativas para aprimorar a política habitacional e evitar novas distorções.

Expectativa

A expectativa dos parlamentares é que, com o reforço das intimações e a adoção de medidas mais firmes, os próximos convocados compareçam às sessões e contribuam com informações que ajudem a esclarecer os pontos investigados. A continuidade das apurações deve manter o foco na transparência e no cumprimento da função social das moradias destinadas à população de baixa renda.

Integrante de conselho de patrimônio depõe à CPI do Jockey em São Paulo

Richard Lourenço | REDE CÂMARA SP

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga o Jockey Club de São Paulo ouviu, em mais uma reunião na Câmara Municipal, o depoimento de um integrante do conselho responsável pela preservação do patrimônio histórico da capital. O colegiado busca esclarecer possíveis irregularidades envolvendo contratos, uso de recursos públicos e intervenções em áreas protegidas.

A oitiva teve como foco principal a atuação do órgão de preservação em processos relacionados ao clube, incluindo autorizações, acompanhamento técnico e eventuais contrapartidas exigidas em projetos realizados no local. O conselho é responsável por deliberar sobre a proteção de bens culturais e históricos na cidade, incluindo

decisões sobre tombamento e intervenções em áreas de interesse patrimonial.

Durante a sessão, vereadores questionaram procedimentos adotados pelo conselho em relação a obras e reformas vinculadas ao Jockey, além de possíveis inconsistências em documentos e fluxos administrativos. A comissão também buscou entender como se deu a comunicação entre o órgão de preservação e outras áreas da Prefeitura envolvidas nos projetos.

A CPI do Jockey da Câmara foi criada para investigar a regularidade fiscal e imobiliária das atividades do clube, incluindo a gestão de débitos tributários, a utilização de potencial construtivo e a eventual atuação ou omissão do poder público.



Colegiado quer investigar irregularidades em contratos

Nos depoimentos já realizados ao longo dos trabalhos, representantes de órgãos municipais e profissionais ligados à área técnica têm sido chamados para esclarecer aspectos de

contratos, repasses financeiros e execução de obras. Em uma das oitivas anteriores, por exemplo, foram apresentados questionamentos sobre valores destinados a intervenções e divergências

em cronogramas e documentos apresentados pelo clube.

Os parlamentares também têm solicitado documentos a diferentes órgãos públicos, como secretarias municipais e entidades de controle, com o objetivo de reunir informações que permitam avaliar a legalidade das operações e a conformidade dos procedimentos adotados.

A comissão é composta por vereadores de diferentes partidos e tem prazo determinado para concluir as investigações, podendo, ao final, encaminhar suas conclusões a órgãos como o Ministério Público. Esse tipo de colegiado possui poderes de investigação semelhantes aos de autoridades judiciais, sendo utilizado pelo Legislativo para apurar fatos de interesse público.